

01 JUN 1990

Brasil

Senado votará autorização para processar ministra da Economia

BRASÍLIA — Em sessão especial, às 14h de segunda-feira, o Senado votará a autorização para que ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, seja processada por crime de responsabilidade por ter se negado a fornecer a lista de saques acima de Cr\$ 500 mil na rede bancária entre 15 de fevereiro e 15 de março. A recusa da ministra teve o efeito de uma bomba sobre os senadores, que passaram toda a tarde de ontem fazendo discursos áspers de protesto. Nenhum senador governista subiu à tribuna para defender a atitude da ministra, enquanto se generalizava a opinião de que o governo quer o confronto com o Congresso.

Mesmo que nenhum deles tenha subido à tribuna, há defensores de Zélia nesse caso, no Congresso. É o caso do deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), para quem "o Congresso não tem o direito de exigir que a ministra quebre o sigilo bancário, um direito assegurado em lei". Da mesma opinião é o deputado

Ronaldo César Coelho (PSDB-RJ), que afirmou: "Isso não compete ao parlamento. É dever do governo requisitar essa lista e punir os que agiram fora da lei."

Já o senador Afonso Arinos de Melo Franco (PSDB-RJ), especialista em Direito Constitucional, não esteve presente à sessão do Congresso, mas defende a necessidade de a ministra Zélia atender ao requerimento do senador Jamil Haddad (PSB-RJ), que solicita a entrega da lista de saques. Arinos disse no Rio que "a Constituição não fala nada de sigilo bancário nas garantias individuais". E completou: "Esse tipo de proteção bancária impede a apuração de culpa em caso de dolo."

O rei nu — "Foi uma inabilidade estrondosa. Não era necessária uma resposta como essa, que é pouco hábil e pouco inteligente", atacou o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). "Serei o último a pregar o conflito entre os pode-

res, mas serei também o último a abdicar das prerrogativas deste Poder. Estarei nesta matéria, como estará meu partido, do lado em que estiver a soberania desta Casa", avisou Mário Covas (PSDB-SP). O mais inconformado de todos era o autor do requerimento negado, Jamil Haddad. "O rei está nu. Se dúvidas existiam sobre o vazamento do plano, agora elas não mais existem."

O presidente do Senado, Nelson Carneiro, ao anunciar a sessão especial de segunda-feira para análise do caso, disse ter ficado surpreendido com o desfecho do episódio. Carneiro disse que a Mesa do Senado "agiu rigorosamente dentro do que estabelece a Constituição, foi compreensiva ao dar um prazo extra de 24 horas à ministra" e que agora cumprirá "rigorosamente o que estabelecem a Constituição e o regimento interno do Senado". Ou seja, vai analisar o processo por crime de responsabilidade da ministra da Economia.